

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Com base nas normas contábeis em vigor, julgue os itens que se seguem.

- 51 Em situações inflacionárias, a correção integral das demonstrações contábeis facilita a análise dessas demonstrações por converter todos os valores a uma única moeda de valor constante, contudo esse procedimento deve ser adotado somente para fins gerenciais, visto que afronta o princípio do custo original como base de valor.
- 52 O recebimento do valor relativo a um título de crédito em atraso, acrescido de juros, é um fato patrimonial permutativo-modificativo, pois representa uma troca de ativos e produz impacto sobre o patrimônio líquido da entidade.
- 53 Deriva do princípio da primazia da essência sobre a forma a obrigatoriedade de registro contábil, em conta de ativo imobilizado de uma entidade, dos bens patrimoniais, cujos riscos, benefícios e controle foram transferidos a ela, mesmo sem a transferência de sua titularidade jurídica.

Exercício	2011	2012		2011	2012
Ativo Circulante Total	<u>2.746</u>	<u>2.722</u>	Passivo Circulante Total	<u>2.202</u>	<u>2.417</u>
ACF	731	760	PCF	394	768
ACC	<u>2.015</u>	<u>1.962</u>	PCC	<u>1.808</u>	<u>1.649</u>
Contas a receber de clientes	436	496	Fornecedores	1.334	1.239
Estoques	836	810	Outros	474	410
Outros	743	656			
ANC	<u>6.041</u>	<u>6.295</u>	PNC	<u>6.585</u>	<u>6.600</u>
ARLP	906	1.070	PELP	1.646	1.254
Imobilizado	5.135	5.225	PL	4.939	5.346
Ativo Total	8.787	9.017	Passivo Total	8.787	9.017

exercício	2011	2012
vendas líquidas	13.895	15.050
lucro operacional líquido	2.362	2.182
lucro líquido	973	978

ACF – Ativo Circulante Financeiro
 ACC – Ativo Circulante Cíclico
 ANC – Ativo não Circulante
 ARLP – Ativo Realizável a Longo Prazo
 PCF – Passivo Circulante Financeiro
 PCC – Passivo Circulante Cíclico
 PNC – Passivo não Circulante
 PELP – Passivo Exigível a Longo Prazo
 PL – Patrimônio Líquido

Considerando as tabelas acima, que apresentam balanço patrimonial e informações complementares referentes a uma empresa, julgue os itens subsequentes. Nesse sentido, considere que essa empresa não tenha recebido nenhuma receita de forma antecipada nem tenha pagado nenhuma despesa antecipadamente.

- 54 O saldo em tesouraria do período demonstra retração do capital de giro da empresa em relação a sua necessidade de capital de giro.
- 55 A predominância de capitais próprios cresceu mais rapidamente que a retração do financiamento dos investimentos por fontes onerosas.
- 56 A liquidez seca cresceu no período de 2011 a 2012.
- 57 O retorno sobre investimento, calculado sobre valores de final de período, apresentou estabilidade.
- 58 No período de 2011 a 2012, a margem operacional recuou mais de 10%.

Com relação à contabilidade de custos e à utilização de custos para fins gerenciais, julgue os itens que se seguem.

- 59 De acordo com o método do custeio por absorção, dá-se o nome de rateio ao procedimento adotado para alocação dos custos que são fixos por unidade produzida.
- 60 O método de custeio que incorpora os gastos com a produção e os gastos com a estrutura administrativa e de venda da empresa ao custo do produto denomina-se custeio RKW.
- 61 O primeiro estágio do custeio ABC direciona os gastos gerais às ações que consomem recursos para realização do processo produtivo.

Considere que uma empresa tenha obtido receita de vendas de R\$ 200 mil ao vender 10 mil unidades de seu único produto, obtendo lucro operacional líquido de R\$ 40 mil, antes de dedução do IR. Considere, ainda, que a empresa possua custos e despesas fixas de R\$ 80 mil. Com base nessas informações, julgue os próximos itens.

- 62 O grau de alavancagem operacional da empresa, na situação apresentada, é igual a 3 vezes.
- 63 A empresa acima referida possui margem de segurança inferior a 3.500 unidades no momento dado.
- 64 O índice da margem de contribuição dessa empresa é igual a 20%.
- 65 Com base nas informações acima apresentadas, é correto afirmar que um lucro operacional líquido de 30% da receita de vendas é obtido com vendas superiores a 13.300 unidades.

Com relação à avaliação de itens patrimoniais e ao levantamento das demonstrações de resultado previstas na legislação societária, julgue os itens seguintes.

- 66 Dada a necessidade de avaliação das receitas de venda pelo valor justo, a parte da receita de venda que representa renda financeira deve ser reconhecida como receita financeira no momento da venda.
- 67 Se uma empresa apurou, em determinado período, faturamento bruto total de R\$ 300 mil, tendo gasto R\$ 30 mil com IPI e R\$ 50 mil com ICMS, reconhecerá, em sua DVA, na linha venda de mercadorias, produtos e serviços o valor de R\$ 250.000.
- 68 Para fins de aplicação do conceito de custo de transação, o conceito de encargos financeiros é mais amplo que o de despesas financeiras, pois o cálculo dos encargos financeiros inclui, além da soma das despesas financeiras, os custos de transação, prêmios, descontos e ágios.

Julgue os itens subsequentes, relativos ao controle de estoques e ao tratamento de tributos recuperáveis.

- 69 Por uma questão de consistência contábil, se a empresa adota o método PEPS para valoração de um tipo de estoque, ela não poderá utilizar outro critério para valoração de outro tipo de estoque.
- 70 Em uma empresa varejista, o PIS e a COFINS recuperáveis recebem o mesmo tratamento contábil que o ICMS e o IPI.

Acerca dos princípios de contabilidade e dos critérios a serem observados no registro contábil das transações sob a perspectiva do setor público, julgue os itens a seguir.

- 71 Apenas as transações que tenham efetivamente afetado a situação patrimonial da entidade governamental devem ser reconhecidas e registradas no livro diário e no livro razão, fontes de informações contábeis permanentes.
- 72 Ainda que não sejam tecnicamente estimáveis, os registros das transações do setor público, desde que efetivamente ocorridas, devem ser efetuados.
- 73 Ao registrar os componentes patrimoniais com base nos valores de saída, a exemplo do valor justo, a entidade governamental não deixa de observar o princípio do registro pelo valor original.

item	valor
receita prevista	R\$ 180.000,00
despesa fixada	R\$ 180.000,00
impostos arrecadados	R\$ 165.000,00
despesas empenhadas	R\$ 168.000,00
despesas liquidadas	R\$ 152.000,00
despesas inscritas em restos a pagar	R\$ 54.000,00
recebimento de depósitos de terceiros	R\$ 18.000,00

Com base na Lei n.º 4.320/1964 e nas informações apresentadas na tabela acima, referentes ao primeiro exercício financeiro encerrado de determinada entidade governamental, julgue os itens que se seguem.

- 74 O recebimento de depósitos de terceiros no valor de R\$ 18.000,00 não interfere na apuração do resultado patrimonial do exercício, visto que constituem valores restituíveis.
- 75 A partir do confronto entre as receitas e as despesas, foi apurado o resultado orçamentário do exercício com superávit no valor de R\$ 13.000,00.
- 76 Para fins de apuração do resultado financeiro do exercício, deve-se considerar a despesa orçamentária no valor de R\$ 114.000,00, correspondente às despesas empenhadas deduzidas dos valores inscritos em restos a pagar.

RASCUNHO

Julgue os itens subsequentes, relativos aos procedimentos a serem observados na execução orçamentária e financeira.

- 77 Para fins de execução financeira, os valores compromissados em moeda estrangeira devem ser programados em reais, devendo ser efetuado o ajuste dos valores conforme a variação cambial.
- 78 O valor da despesa anulada no exercício deverá ser revertido à dotação orçamentária do mesmo.

Em relação ao sistema de informação de custos no setor público, julgue os itens a seguir.

- 79 De forma geral, o orçamento é a principal fonte de alocação de recursos nos casos de fornecimento de serviço público sem contrapartida.
- 80 A integração desse sistema ao processo de planejamento e orçamento favorece o controle entre o valor orçado e o valor executado.

Tendo como base a estrutura de oito classes de contas do plano de contas aplicado ao setor público, julgue o item abaixo.

- 81 Para a garantia da integridade dos procedimentos e da transparência das informações geradas nos lançamentos contábeis, é necessário que uma conta pertencente à informação de natureza patrimonial apresente, como contrapartida, uma conta pertencente à informação de natureza típica de controle.

descrição	valor
lançamento de impostos inicialmente previstos na lei orçamentária anual	R\$ 100.000,00
arrecadação de impostos previamente lançados	R\$ 50.000,00
identificação de obrigação a pagar (serviços de terceiros) não amparada por crédito orçamentário	R\$ 30.000,00
restos a pagar pagos no exercício	R\$ 15.000,00

Considerando as informações acima, relativas às transações contábeis de entidade governamental em determinado exercício, e o necessário relacionamento do regime orçamentário com o regime contábil, julgue os itens subsequentes.

- 82 Deve haver o registro de despesa orçamentária, nesse exercício, no valor R\$ 15.000,00, correspondente ao empenho da despesa dos restos a pagar pagos.
- 83 Com o objetivo de evidenciar o impacto no patrimônio, a entidade deve proceder ao registro de uma variação patrimonial aumentativa no valor de R\$ 50.000,00, correspondente aos impostos arrecadados no exercício.
- 84 Ainda que não esteja amparada por crédito orçamentário, a obrigação a pagar identificada deve ser registrada nesse exercício como passivo com atributo de permanente em função do fato gerador.

A respeito dos depósitos e pagamentos da conta única do Tesouro Nacional, julgue os próximos itens.

- 85 A conta única não permite o pagamento a estrangeiro que não esteja inscrito no CPF ou no CNPJ.
- 86 Serão rejeitados os depósitos diretos na conta única que não possuam códigos previamente cadastrados no sistema integrado de administração financeira do governo federal (SIAFI).

Acerca dos objetivos e instrumentos de segurança do SIAFI, julgue os itens que se seguem.

- 87 O uso do módulo extrator de dados possibilita que os dados da base SIAFI sejam transferidos para equipamentos de processamento eletrônico do próprio usuário habilitado no sistema SENHA.
- 88 Um dos objetivos do SIAFI é permitir o controle da dívida interna e externa da União, dos estados e dos municípios brasileiros.

Julgue os itens a seguir, relativos aos aspectos contábeis e orçamentários do suprimento de fundos.

- 89 Na sistemática de fatura, a liquidação da despesa deve ser posterior ao lançamento de limite de utilização no cartão de pagamento.
- 90 Ainda que configure um regime de adiantamento, a concessão de suprimento de fundos deve respeitar os estágios da despesa orçamentária pública: empenho, liquidação e pagamento.

RASCUNHO

Em relação ao orçamento público e à atuação do Estado, julgue os seguintes itens.

- 91 As parcelas referentes às transferências constitucionais da União para os estados e municípios, por constituírem destinações incondicionais, definidas por percentuais predeterminados, não integram a receita orçamentária da União, e, em atendimento ao princípio do orçamento bruto, ingressam diretamente como receita orçamentária dos entes beneficiários.
- 92 Se o projeto de lei orçamentária anual não for sancionado até 31 de dezembro, será possível adotar a prática, autorizada em cada lei de diretrizes orçamentárias, de execução contínua de algumas despesas constantes da proposta, o que, no caso de despesas correntes consideradas inadmissíveis, não poderá exceder, a cada mês, um duodécimo do valor previsto de cada ação.
- 93 Ao assumir a condição de produtor de determinados bens e serviços, dado o vulto e risco de certas iniciativas, o Estado reconhece que o fornecimento desses produtos deve levar em conta o estágio da distribuição de renda da população.

A respeito do planejamento e do orçamento público no Brasil, julgue os itens a seguir.

- 94 Atividades, projetos e operações especiais do governo federal são detalhados em subtítulos com o intuito de identificar a localização física das ações orçamentárias e de permitir avaliar se os benefícios logrados pelos entes federativos são compatíveis com o respectivo esforço arrecadatório para os cofres da União.
- 95 Considere que tenha sido verificado, em certo ente, durante o exercício, que a dotação orçamentária referente a determinado programa fora insuficiente. Em constatação preliminar, foi possível demonstrar que:
- houve resultado patrimonial positivo de R\$ 500.000,00 no exercício anterior;
 - o *superávit* na execução orçamentária do exercício já atingia R\$ 150.000,00;
 - R\$ 70.000,00 destinados a outro programa não seriam utilizados;
 - previa-se um excesso de arrecadação de R\$ 95.000,00 e uma economia de despesas de R\$ 45.000,00.
- Nessa situação, seria possível aprovar um crédito suplementar de R\$ 360.000,00.
- 96 As unidades responsáveis pelos orçamentos nos órgãos do Poder Judiciário estão sujeitas à orientação normativa do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Neste sentido, as unidades responsáveis pelo planejamento e orçamento realizarão o acompanhamento e a avaliação dos respectivos planos e programas.
- 97 Como diretrizes orçamentárias específicas aplicáveis para a justiça do trabalho, destaca-se a exclusão, nas novas propostas, do parâmetro representado pelo montante das dotações do exercício corrente, quando se tratar da implantação de varas do trabalho e da promoção da prestação jurisdicional itinerante trabalhista.

Com referência à execução orçamentária e financeira, julgue os itens subsequentes.

- 98 As alterações orçamentárias são precedidas dos atos legais competentes. A abertura de créditos especiais, mediante recursos provenientes do excesso de arrecadação, por exemplo, tem de ser solicitada via projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo, encaminhado previamente pela Secretaria de Orçamento Federal. São matérias que podem ser alteradas pelo Legislativo e, posteriormente, vetadas pelo Presidente da República.
- 99 O órgão setorial de programação financeira do Tribunal Regional do Trabalho, ao efetuar transferência de recursos para uma de suas unidades gestoras, realiza um sub-repasse, que constitui descentralização interna, mediante transferência entre as respectivas contas.

No que se refere à receita pública e à despesa pública, julgue os itens subsequentes.

- 100 Conforme legislação vigente, esgotado o prazo para aplicação dos recursos correspondentes ao suprimento anterior, é vedada a concessão de novo suprimento de fundos a servidor que não tiver utilizado a totalidade dos recursos à sua disposição nem devolvido o saldo não aplicado imediatamente.
- 101 A classificação por fonte/destinação de recursos reflete a autossuficiência de determinados programas e ações, ou seja, tais programas e ações só podem ser financiados por determinado tipo de recurso.
- 102 A inscrição em dívida ativa implica reconhecer a receita com base no regime de competência. Dessa forma, os fatos que afetam o patrimônio público devem ser contabilizados por competência e evidenciados nas demonstrações do exercício com o qual esses fatos se relacionam, complementarmente ao regime orçamentário das receitas e das despesas públicas.
- 103 Suponha que, ao final do exercício, determinado serviço não tenha sido prestado pelo contratado, embora o prazo para cumprimento da obrigação ainda estivesse vigente. Nessa situação, o empenho poderá ser mantido para pagamento no exercício subsequente, sem necessidade de reinclusão orçamentária.

RASCUNHO

Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens a seguir.

- 104** Uma operação de crédito realizada no mês de dezembro, com vencimento em seis meses, para pagar compromissos vencíveis antes do final do exercício será incluída, em 31 de dezembro do corrente ano, na dívida flutuante.
- 105** A aprovação, pelo Poder Legislativo, de projeto de lei encaminhado pelo Poder Executivo, com vistas a ampliar o alcance de uma atividade, o que implicará novas despesas correntes a serem orçadas para os dois próximos exercícios, não fere dispositivos constitucionais nem a LRF.

No que diz respeito a tributo e a seu tratamento contábil, julgue os itens que se seguem.

- 106** Considere que a Construtora X esteja reformando o edifício sede de determinado órgão público e complete parte da obra pouco antes do encerramento do exercício. Considere, ainda, que o valor correspondente à parcela concluída seja reconhecido como receita do exercício em curso (que apresente lucro), mas o efetivo recebimento esteja previsto para fevereiro do ano seguinte. Nessa situação, a Construtora X deverá registrar os tributos diferidos com um lançamento a débito das contas de provisão do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e de provisão da Contribuição Sobre o Lucro Líquido (CSLL) e a crédito da conta de tributos federais diferidos.
- 107** A Secretaria da Receita Federal do Brasil é o órgão com competência tributária relativa aos tributos da União.
- 108** Considere que determinado município pretenda instituir contribuição de melhoria para o financiamento de parte da compra, construção e instalação de um teleférico para ligar duas áreas elevadas da cidade. Nesse caso, se os imóveis localizados nas áreas beneficiadas não forem uniformes, a contribuição relativa a cada imóvel será individualizada.
- 109** O município que institua taxa de licença de localização e funcionamento de estabelecimentos comerciais poderá cobrar anualmente a referida taxa, a título de renovação, ainda que não haja novos procedimentos de fiscalização sobre os estabelecimentos atingidos pela cobrança.

Em relação à incidência de impostos em operações realizadas pela administração pública federal, julgue os próximos itens.

- 110** Suponha que determinado órgão da administração pública federal tenha prestado serviços de consultoria a um grupo de municípios, para a instalação de dispositivos controladores de velocidade nas vias públicas. Nesse caso, os municípios poderão deduzir dos valores devidos pela prestação de serviços o montante correspondente ao Imposto Sobre Serviços (ISS) calculado em cada caso.
- 111** A instituição pública que, destinada ao incentivo do desenvolvimento científico, oferecer bolsa para a realização de pesquisa acadêmica estará obrigada a efetuar a retenção do imposto na fonte devido pelos valores pagos.

Quanto à incidência de contribuições sociais em operações realizadas pela administração pública federal, julgue os itens subsecutivos.

- 112** Os órgãos da administração pública federal direta somente poderão contratar pessoa física para a prestação de serviços eventuais, sem vínculo empregatício, mediante a comprovação da inscrição da pessoa no Instituto Nacional do Seguro Social, como contribuinte individual da contribuição social previdenciária.
- 113** A empresa pública federal que adquirir biomassa produzida pelo processamento de lixo urbano estará dispensada de fazer a retenção da CSLL na fonte.
- 114** Se a União decidir transferir recursos a determinado estado, independentemente de determinação constitucional ou legal, caberá ao estado beneficiado promover o recolhimento da contribuição para o PIS/PASEP.
- 115** Se determinada empresa pública estiver sob o regime de não cumulatividade da COFINS, a União estará impedida de exigir-lhe essa contribuição sobre receitas excluídas do cômputo de faturamento de bens e serviços.

Com base na legislação básica de impostos e contribuições, julgue os itens seguintes.

- 116** Caso determinada pessoa jurídica deva receber recursos decorrentes de decisão da justiça federal mediante precatório, a instituição financeira responsável pelo pagamento será obrigada a efetuar a retenção na fonte do imposto de renda, observada a alíquota estabelecida em legislação específica.
- 117** Se determinada pessoa jurídica fizer adiantamento a seus empregados decorrente de reajuste salarial a ser implantado em data futura, o valor adiantado integrará a base de cálculo das contribuições sociais previdenciárias a serem pagas pela empresa.
- 118** Se determinada fundação pública federal efetuar pagamento a pessoa jurídica pela realização de construção por empreitada, com emprego de materiais, e tiver havido glosa de valores constantes da nota fiscal, a retenção na fonte dos impostos e contribuições sociais incidirá sobre o valor original da nota fiscal.
- 119** Se determinada pessoa jurídica não fornecer informações que lhe tenham sido requeridas sobre bens, movimentação financeira, negócio ou atividade, a Receita Federal do Brasil poderá determinar a redução pela metade dos períodos de apuração e dos prazos de recolhimento dos tributos.
- 120** Considere que determinado município atribua às pessoas jurídicas que efetuem pagamento de serviços prestados a responsabilidade pelo crédito tributário do ISS. Nessa situação, o responsável pelo crédito tributário estará obrigado a recolher integralmente o imposto, ainda que não tenha efetuado sua retenção na fonte.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- Na folha de texto definitivo, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois não será avaliado texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.
- Ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **20,00 pontos**, dos quais até **1,00 ponto** será atribuído ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado).

Redija um texto dissertativo acerca da relação dos princípios contábeis ligados ao reconhecimento das receitas e despesas com as contabilidades de custos e a contabilidade gerencial. Em seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ conceituação dos princípios; [valor: 4,00 pontos]
- ▶ impactos dos princípios identificados sobre as contabilidades de custos e gerencial; [valor: 6,00 pontos]
- ▶ relação do custeio variável com os princípios identificados, suas potencialidades e limitações. [valor: 9,00 pontos]

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

